

Escola inclusiva: lugar para todos¹

*Daiane R. Turski**

*Maria Teresa Ceron Trevisol***

Resumo

Este artigo objetiva analisar o valor da inclusão escolar, os desafios que professores do ensino fundamental encontram em sua prática docente na sala de aula e nos serviços de atendimento especializados em relação aos alunos que apresentam necessidades especiais. A base empírica que subsidiou esta análise foi constituída por uma amostra composta por 12 professores que atuam na rede municipal de ensino de um município localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Desses, nove trabalham nas escolas regulares e três nos espaços de atendimento especializado. Como procedimento de coleta dos dados utilizou-se uma entrevista com roteiro semiestruturado. A análise dos dados coletados revelou que ainda há necessidade de esclarecimento com relação aos termos “inclusão” e “integração escolar” por parte dos profissionais que atuam na escola e fora dela. Constatou-se também que é impossível trabalhar numa escola inclusiva cultivando o preconceito, a individualidade, a intolerância e a insensibilidade. É preciso viver a inclusão, respeitar as pessoas e educar para a diversidade.

Palavras-chave: Processos educativos. Inclusão escolar. Valores.

Introdução

Dentre as poucas certezas de que temos nesta vida, uma é a de que todos nós somos diferentes, apesar de todos termos a igualdade como condição de seres humanos. Não podemos fechar os olhos para nossas características individuais. Somos, na maioria, iguais quando fazemos referência a características físicas, como, por exemplo, ter dois braços, dois olhos, etc. Porém, todos nós cultivamos certas particularidades que podem ser culturais, religiosas, físicas e outras.

Dessa forma, acreditamos que nesta discussão de igualdade e diferença ganha quem consegue se sobressair a

* Mestra em Educação, Universidade do Oeste de Santa Catarina.

** Pós-Doutora Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, UC, Portugal. Professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

¹ Este artigo se refere a uma faceta de uma investigação realizada no Programa de Mestrado em Educação, Unoes, Campus de Joaçaba (SC).

Recebido: 29.10.2009 – Aprovado: 12.01.2010

partir da sua condição de diferente ou de igual. Concordamos com Mantoan (2003) quando enfatiza que é preciso ter direito à igualdade quando a diferença nos inferioriza e direito à diferença quando a igualdade nos descaracteriza.

Diante dessa perspectiva de realidade que nos caracteriza pela diversidade, certamente a escola precisa estar atenta a todas essas transformações e quebrar seus paradigmas em busca de melhorias para todos, sendo o espelho da sociedade. Nas palavras de Feltrin (2004, p. 17) poderíamos dizer que é preciso cair na realidade de que “cada aluno é um aluno, é único; e como tal deve ser considerado e tratado”. Por isso, a escola deve estar preparada para desenvolver seu trabalho para todos e para cada um.

No entanto, essas mudanças, que são necessárias dentro das escolas, precisam ocorrer também e, primeiramente, em cada um de nós. Mas, infelizmente, nos dias de hoje, com mais de 15 anos de leis e acontecimentos que marcaram o início dessas transformações sociais, as pessoas quase não pensam ou não se importam com o outro, muitas vezes nem agem pelos seus próprios valores. Parece que a cada dia que passa os padrões, normas e valores, que são aceitos socialmente, são os de perfeição e, por isso, as pessoas acabam deixando de ser autônomas e críticas. Agem de acordo com os estereótipos de beleza, respeitam os que são favorecidos pelas classes sociais, valorizam aquele que não apresenta dificuldades e preferem, em sua maioria, dar um sorriso para aquele que está limpo e cheiroso.

Diante desses fatos, percebe-se que ainda há a necessidade de fazer um momento de parada, de reflexão, para que cada ser humano possa parar e pensar sobre os princípios e os valores que estão cultivando, sobre os seus deveres e não apenas sobre seus direitos, ou também como é encontrado na literatura, ter uma “educação moral” (LA TAILLE, 2006). Nas palavras desse autor, pode-se chamar essa reflexão de ética, refletir sobre o sentido da nossa vida.

Essa reflexão sobre o sentido da vida, da presença das demais pessoas na vida das outras, precisa conduzir quem faz esta reflexão, a concluir que a diversidade deve ser, não só aceita, mas também valorizada, pois vivemos num mundo que é embelezado pela diversidade e são as peculiaridades das pessoas que as tornam especiais.

Essa diversidade que está presente em todos os lugares gera diferentes formas de comportamentos e atitudes nos alunos e, também, nos professores, pois diante dessa perspectiva de valorização da diversidade social e da, talvez, não clareza, ainda, de muitos envolvidos nesse todo que somos nós, a formar a sociedade, tem-se uma confusão de valores, atitudes e princípios.

Esses valores são denominados por Piaget (1967) como trocas afetivas realizadas entre o sujeito e o exterior. Desse modo, a formação moral do indivíduo depende diretamente dos conteúdos morais existentes na sua interação com o meio e com a qualidade das relações com os demais sujeitos que ele estabelece.

Piaget (1932/1994) em seu estudo nos traz a compreensão de que cada su-

jeito tem seu desenvolvimento do juízo moral. A moral é produto de construções feitas através de atividades, onde o sujeito em contato com o meio social utiliza suas atuais estruturas mentais e se desenvolve re-significando seus valores e princípios.

Segundo La Taille (2006), para a criança em fase de despertar do senso moral é imprescindível o juízo moral alheio para a construção das representações de si e dos ideais que inspiram as direções a serem tomadas. Portanto, se as disposições para a moralidade forem totalmente desprezadas pelo seu entorno social, haverá pouca chance para esse sujeito construir sua personalidade ética. Dessa forma, se o seu entorno social não cumprir seu papel de autoridade moral, a continuidade do processo de desenvolvimento moral poderá ficar comprometido.

Portanto, diante de uma sociedade culturalmente diversificada e que parece estar em crise de valores, o mais importante é trabalhar por uma educação de exemplos. Precisamos ser indivíduos morais que agem de acordo com os valores eleitos para viver e não apenas pregar a moralidade e seus belos valores e, na prática, deixar-se levar pelos padrões idealizados socialmente.

A partir das reflexões apresentadas nesta breve introdução que trata do valor da inclusão, um dos tantos problemas sociais que nos envolve, torna-se importante refletir sobre a presente temática para podermos compreender algumas questões que envolvem este tema. A análise e a postura advindas da posição sobre estas questões pode-

rão representar a abertura para muitas outras discussões, orientando novos caminhos em tempos de transformação escolar.

O texto que ora apresentamos possui como objetivo analisar o valor da inclusão escolar a partir da ótica de professores do ensino fundamental que atuam com alunos que apresentam necessidades especiais em sala de aula e nos serviços de atendimento especializados; os desafios que encontram na sua prática diante da inclusão escolar.

A base empírica que subsidiará este texto são os dados coletados numa investigação realizada no ano de 2008, com 12 professores da rede municipal de ensino, dos quais dois de cada escola municipal e um de cada espaço de atendimento especializado de um município localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul.

Inclusão escolar: oportunidade para todos

Ao dar início à discussão sobre a temática inclusão, é possível observar a complexidade deste processo. Percebemos as inúmeras mudanças que envolvem esta perspectiva, a importância de ter clareza sobre os objetivos do processo e, neste item, falaremos especificamente do papel das escolas que se envolvem na meta de transformar sua estrutura em ambientes para todos os alunos.

Buscaremos, inicialmente, um amparo legal para nortear a especificação do papel das escolas diante da meta de transformar-se num lugar para todos. Na Declaração de Salamanca a escola

inclusiva é considerada um espaço para todos os alunos.

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades [...]. (1994, V).

Da mesma forma, neste trabalho, a escola inclusiva diz respeito ao espaço educacional que trabalha com uma nova perspectiva educacional voltada para todos os alunos, pois inclusão não atinge apenas os que têm deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima, resultantes da exclusão escolar e social – alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os sentidos.

Porém, infelizmente, em muitos lugares ainda se pensa e se age como se a inclusão fosse apenas para pessoas em situação de deficiência; este é um lamentável equívoco que precisamos esclarecer.

Nossas escolas devem melhorar suas condições de funcionamento e suas práticas pedagógicas para todos, pois

não apenas as pessoas em situação de deficiência têm sido as excluídas do direito de aprender e participar, apropriando-se dos conhecimentos e da cultura acumulados (CARVALHO 2005, p. 29).

Para Mantoan (2001), os defensores da inclusão precisam se preocupar não apenas com os deficientes, mas com um amplo grupo de aprendizes que estão desmotivados e infelizes. Esses alunos são conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e, ainda, são rotulados por serem malnascidos e por terem hábitos que fogem ao protótipo da educação formal (MANTOAN, 2001, p. 233).

Portanto, escola inclusiva não é aquela que desenvolve um trabalho com vistas ao superdotado ou ao deficiente que chegou à escola depois da Constituição de 1988, ou depois da Declaração de Salamanca de 1994. Escola inclusiva é aquela que percebe e compreende as carências, as potencialidades e o processo de desenvolvimento e aprendizagem de todos os alunos, pois os que não têm acesso à higiene, ao carinho, a atenção ou a alimentação sempre estiveram nas escolas e constituem um grande número quando se fala em exclusão.

De acordo com Rodrigues (2003), a diversidade e a heterogeneidade não significam inclusão escolar de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, mas, sim, pelo fato de que a própria sociedade é heterogênea e multifacetada. “Os alunos ditos com necessidades educativas especiais são apenas um caso no seio da diversidade da po-

pulação escolar, embora sejam aqueles que carecem de maior atenção e acompanhamento.” (p. 15).

A partir dos diversos autores que reforçam a existência de uma sociedade heterogênea é possível prever um futuro educacional cada vez mais voltado para a valorização da diversidade como um fator de enriquecimento educacional e social.

Stainback e Stainback (1999, p. 22) destacam que “a inclusão funciona para todos os alunos com e sem deficiência, em termos de atitudes positivas, mutuamente desenvolvidas, de ganhos nas habilidades acadêmicas e sociais”.

Conforme Stainback (2006), para que a inclusão escolar seja bem sucedida, as diferenças dos alunos precisam ser reconhecidas como um recurso positivo. “As diferenças entre os alunos devem ser reconhecidas e capitalizadas para fornecer oportunidades de aprendizagem para todos os alunos da classe.” (STAINBACK, 2006, p. 11).

Percebe-se, então, que a inclusão é importante para o desenvolvimento de todos os alunos, com e sem deficiência, e não significa apenas garantir a matrícula e permanência de todos os alunos na escola, mas recebê-los, aceitando e valorizando a diversidade deles. Por isso, cabe à escola rever suas concepções, desenvolver um projeto político-pedagógico que envolva todos os alunos, fazer as mudanças físicas necessárias que permitam o acesso a todos. Reestruturações curriculares para atender as suas necessidades e criar práticas pedagógicas que desenvolvam as potencialidades de todos os alunos.

De acordo com Schneider (2003, p. 1), as escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas dificuldades de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com suas comunidades. A inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade para todos, exige das escolas novos posicionamentos que impliquem um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

No que se refere a essas adequações para a inclusão de todos na escola, o documento “Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais” (2003) diz que atuar frente à diversidade e às dificuldades de aprendizagem dos alunos pressupõe que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos que possuem necessidades especiais. Não quer dizer um novo currículo, mas um dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Dessa forma as adaptações curriculares implicam uma planificação pedagógica e ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve, como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno.

A partir dos diversos autores que enfatizam as mudanças necessárias para transformar escolas em espaços inclusivos percebemos que não se trata apenas de reestruturações físicas e curriculares, mas é imprescindível remover barreiras práticas, metodológicas e conceituais.

Nas escolas inclusivas os alunos não devem ser vistos como atores passivos, que apenas recebem conhecimento, sem colaborar na construção do mesmo e, sim, como pessoas ativas, que participam na construção dos seus saberes, dos seus valores, que tenham suas necessidades respeitadas e suas potencialidades valorizadas.

Portanto, a escola inclusiva que trabalha com todos e para todos os alunos precisa valorizar a diversidade, enfatizar as potencialidades dos seus educandos, desenvolver as práticas pedagógicas com ênfase na cooperação entre os envolvidos no processo inclusivo e buscar despertar em todos os envolvidos nas relações escolares atitudes com valores morais que venham de encontro com esta perspectiva.

Para enfatizar a importância de trabalhar os valores morais na escola, Mantoan (2003) diz que para formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é necessário trabalhar diariamente atividades que exercitem a cooperação, a fraternidade, o reconhecimento e a valorização das diferenças.

Em concordância com a autora, acreditamos que muitas vezes um aluno que apresenta experiências de vida negativas, deficiência ou outras dificul-

dades pode necessitar muito mais de um bom relacionamento na escola com os professores, boas amizades com os colegas, conhecer sentimentos e valores que até então eram desconhecidos, do que desenvolver práticas direcionadas somente para aprender matemática, geografia e outras disciplinas.

Por isso, as pessoas envolvidas com a inclusão precisam ter clareza do que é a inclusão escolar, do que estão dispostas a dar de si mesmas para alcançar os objetivos inclusivos e, assim, caminhar a passos lentos rumo a uma sociedade mais compreensiva.

Muitas vezes, alguns profissionais da educação não possuem esclarecimento do conceito inclusivo e recebem seus alunos com dificuldades na sala de aula e não conseguem alcançar suas metas pedagógicas e desistem do aluno.

São esses os casos que ouvimos os meios de comunicação anunciar que em muitas escolas a inclusão não deu certo e os alunos tiveram que retornar para as classes e escolas especiais. Nessas, o que falta é o entendimento de que a partir do momento em que um aluno sai de espaços segregados vivenciando outros contatos de troca já é um passo rumo à inclusão e que a aquisição de conteúdo não é o fator fundamental do processo.

Diante das complexas modificações e conhecimentos necessários para que a diversidade seja valorizada e as escolas consigam garantir um ensino de qualidade para todos, percebemos que cada educando possui suas peculiaridades e seus interesses. Por isso, a escola precisa tomar cuidado na elaboração de suas metas e objetivos inclusivos antes

de colocá-los em prática, pois se faz necessário desenvolver seu planejamento baseada na heterogeneidade e não na homogeneidade.

Ao enfatizar a questão das diferenças, destacamos Schneider (2003, p. 8) que nos faz refletir sobre o que é ser igual ou diferente. “Pois se olharmos em nossa volta, perceberemos que não existe ninguém igual, na natureza, no pensamento, nos comportamentos, nas ações etc. E as diferenças não são sinônimos de incapacidade ou doença, mas de equidade humana.”

Inclusão escolar: definindo os termos

Desde o surgimento do movimento da inclusão escolar, a integração e a inclusão foram desencadeadoras de muitas dúvidas e incertezas quanto ao seu papel na quebra do paradigma educacional inclusivo; busca-se entender se a integração é um movimento oposto ao da inclusão ou se a inclusão é a continuidade da integração. Esses termos e os seus correspondentes significados, atualmente, ainda são alvos de debate.

Em busca de esclarecimento sobre esses termos, encontramos em Guijarro (2005) uma interessante compreensão sobre o uso desses conceitos. De acordo com a autora, esses conceitos fazem referência a movimentos diferentes. A inclusão é mais ampla e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência, ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial em

apoio à integração de alunos com deficiência na escola comum. Já na inclusão, o centro da atenção é transformar a educação comum.

Segundo a autora, a inclusão educacional é movimento fundamental para tornar efetivos os direitos dos alunos com deficiência, com o objetivo de garantir-lhes educação em contexto normalizado que assegure uma melhor integração na sociedade.

O principal argumento em defesa da integração tem a ver com uma questão de direitos e com critérios de justiça e igualdade. Por outro lado, diferentes estudos têm mostrado que se a integração é realizada em condições adequadas, beneficia não somente aos alunos integrados, como também aos demais alunos, uma vez que aprendem com uma metodologia mais individualizada, dispõem de mais recursos e desenvolvem valores e atitudes de solidariedade, respeito e colaboração (GUIJARRO, 2005, p. 8).

Para a autora, o movimento de inclusão escolar tem como objetivo proporcionar o acesso dos alunos aos seus direitos. O direito à educação, à igualdade de oportunidades e de participação. A inclusão escolar é um meio para garantir uma maior equidade e desenvolvimento de sociedades mais inclusivas.

Um maior nível de equidade implica avançar para a criação de escolas que acolham a todas as crianças e dêem respostas às suas necessidades específicas. O desenvolvimento de escolas inclusivas é um meio fundamental para avançar para sociedades mais justas, integradas e democráticas (GUIJARRO, 2005, p. 8).

Sassaki (2005) ao se referir ao processo de transição de integração para a inclusão afirma que a integração exige um esforço unilateral do deficiente e dos seus aliados, e o deficiente deve tentar tornar-se mais aceitável para a comunidade. Na integração é o deficiente que deve se adaptar aos espaços que vão recebê-lo e não o contrário como acontece na inclusão.

A integração sempre procurou diminuir a diferença da pessoa com deficiência em relação à maioria da população, por meio da reabilitação, da educação especial e até de cirurgias, pois ela partia do pressuposto de que as diferenças constituem um obstáculo, um transtorno que se interpõe à aceitação social. O mérito da proposta da integração está no seu forte apelo contra a exclusão e a segregação de pessoas com deficiência. Todo um esforço é envolvido no sentido de promover a aproximação entre a pessoa deficiente e a escola comum, entre a pessoa deficiente e a empresa comum e, assim por diante (SASSAKI, 2005, p. 21).

Para Mantoan (2003) a integração ocorre quando a escola não muda como um todo, mas quando os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. Na integração o aluno tem a oportunidade de transitar no sistema escolar em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados.

A integração escolar pode ser entendida como o “especial na educação”, ou

seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares.² (MANTOAN, 2003, p. 16).

O processo de inclusão, segundo Mantoan (2003), implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas todos os alunos. De acordo com a autora, os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Porém, a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabaram nele. Para Mantoan (2003, p. 17) “a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

Percebe-se, a partir das definições dos pesquisadores sobre estes conceitos, que a inclusão e a integração escolar são dois processos diferentes. A integração escolar diz respeito a uma inserção parcial, pois o aluno ainda participa de serviços e atendimentos segregados, já a inclusão escolar refere-se a uma mudança de perspectiva educacional, ela não prevê apenas acesso a escola regular, mas também busca a igualdade de direitos para todos, espaços mais democráticos, valorização das diferenças e outros.

Entretanto, felizmente, apesar da amplitude do processo inclusivo e da complexidade para efetivar suas mudanças e sua implantação, de acordo

com Sasaki (2005) nosso país, assim como o mundo todo, caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. A presença desse processo nas escolas, na mídia, nas nossas vizinhanças, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços é um sinal dessa busca.

A cada dia que passa, fico sabendo de mais um grupo de pessoas, neste imenso país, desejando conhecer e aplicar a filosofia e a metodologia da inclusão escolar, partindo do pressuposto de que todos os jovens e as crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (SASSAKI, 2005, p. 22).

Ao falar do processo de inclusão, Estacia (2005, p. 304) enfatiza que “trata-se, portanto, de um desafio – e não dos pequenos, pois, envolvem os alunos, a escola, os pais e a comunidade como um todo”.

Porém, as escolas inclusivas que buscam oferecer serviços de qualidade a todos os alunos, que atualmente formam uma grande diversidade de culturas, classes, raças, necessidades e potencialidades, requerem algumas mudanças para garantir a educação de todos. Na Declaração de Salamanca (1994, VIII) constam, entre outras, as seguintes mudanças:

a articulação de uma política clara e forte de inclusão junto com provisão financeira adequada – um esforço eficaz de informação pública para combater o preconceito e criar atitudes informadas e positivas – um programa

extensivo de orientação e treinamento profissional – e a provisão de serviços de apoio necessários. Mudanças em todos os seguintes aspectos da escolarização, assim como em muitos outros, são necessárias para a contribuição de escolas inclusivas bem-sucedidas: currículo, prédios, organização escolar, pedagogia, avaliação, pessoal, filosofia da escola e atividades extra-curriculares.

Evidencia-se, então, que a inclusão escolar como garantia de oferta de ensino de qualidade para todos os alunos, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação, é ainda um caminho longo a percorrer e muitas mudanças precisam ser feitas. Porém, deve ser levado em consideração o interesse e o desejo pela mudança que muitas pessoas têm demonstrado e que são fatores essenciais para vencer esse desafio.

Inclusão escolar: com a palavra os professores

A partir das observações, registros e entrevistas realizados com os profissionais envolvidos na investigação, interpretamos a essência contida nas respostas dos integrantes da pesquisa, evidenciando o conteúdo das respostas sobre o processo de inclusão escolar e demais mudanças que o mesmo acarreta.

Sobre o conceito de inclusão

Com essa investigação foi possível evidenciar a existência de inúmeras divergências nas definições de integração e inclusão. Para alguns professores (ao

menos dois deles) uma é o complemento da outra ou são processos iguais, mas para outros (11 profissionais) existe uma diferenciação entre os conceitos. Porém, mesmo para os entrevistados que destacaram a diferenciação dos conceitos, percebeu-se que ainda há dificuldade na especificação de cada um dos processos de inserção educacional.

Ilustra-se essa afirmação a seguir com as falas dos professores entrevistados:

[...] uma é o complemento da outra, só isso.³ (PR1)

A inclusão é mais permanente [...]. (PR2)

É você dar abertura a todo tipo de criança, normal e diferente, preto e branco, não é só para deficiente. Não tem normal e anormal. (PR3)

São a mesma coisa [...]. (PR4)

[...] falta no município esclarecimento na questão dos conceitos. (PR5)

Se formos ver está sendo feito uma integração no município, inclusão é o que deveria ser feito [...]. (PR6)

[...] na integração os alunos estão na escola só por estar, a avaliação utilizada com eles é a mesma, a metodologia do professor é a mesma, o professor não muda o seu planejamento, não faz as adaptações curriculares. [...] inclusão escolar é acolher todas as pessoas com deficiência física, comprometimento mental, superdotados, para todas as minorias, discriminados. É estar e interagir com o outro na sua individualidade, respeitar as diferenças e fazer uma educação para todos. (PE1)

[...] ainda tenho dúvida. (PE3)

A partir das afirmações dos diferentes autores, pode-se concluir que existem diferenças entre o movimento

de integração e o movimento de inclusão, porém deve-se levar em consideração a importância dos dois movimentos, que de uma forma ou de outra tem como objetivo eliminar a exclusão das escolas.

Dessa forma é possível perceber o quanto é complexo e exigente o processo inclusivo. A inclusão tem como objetivo mudanças profundas de concepções e práticas, entretanto, mudar é uma tarefa árdua que, certamente, gera impasses, cria perspectivas e envolve todas as pessoas.

O valor da inclusão

Como já evidenciamos anteriormente, nós formamos uma sociedade culturalmente diversificada e que, infelizmente, por diversas situações que vem ocorrendo de discriminação, exclusão e violência, demonstram que estamos vivendo uma crise de valores, de bom senso, de princípios e outros.

Dessa forma, com esta pesquisa, foi possível observar uma diversidade de valores citados pelos entrevistados, dentre os quais muitos são coincidentes em várias das respostas dadas pelos profissionais que atuam em ambientes inclusivos. Dentre os valores mais citados, os que se destacaram são cooperação, coletividade, diálogo, amor, respeito, afetividade, comprometimento, humildade e responsabilidade.

As respostas dos entrevistados nos remetem a valores importantes para a formação moral das pessoas, especialmente para os que estão em fase de desenvolvimento e formação. Essa ideia pode ser confirmada a partir de La Taille (2006) que enfatiza os sentimentos

de afetividade e amorosidade, os quais são defendidos nas teorias de Freud e Durkheim como essenciais para a construção moral das pessoas. Para esses pesquisadores, a ação moral se explica por um jogo de forças afetivas cuja gênese é, ela mesma, fruto de pulsões e sentimentos experimentados pela criança em relação a figuras importantes na sua vida.

Por isso a educação das crianças deve estar permeada por princípios de igualdade de oportunidades, de direito a todos e de valorização às diferenças, pois nós professores somos figuras importantes na vida das crianças e elas são o futuro da nossa sociedade.

Entretanto, para isso precisamos servir de exemplo para nossas crianças e acreditar que podemos mudar muitas coisas com nossos atos, pois os professores, assim como os pais, irmãos e outras pessoas próximas delas, possuem um papel muito importante na sua vida, sendo a base, muitas vezes, para a construção de seus modelos de vida, no exercício dos valores e outros fatores significativos na constituição dos educandos. Em concordância com essa ideia, Mantoan (2003) enfatiza que o professor é uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor.

Consideramos, nesta questão, importante destacar a resposta de um dos professores, pois ele nos remete aos valores e princípios existentes nas propostas político-pedagógicas das escolas. De acordo com ele, os princípios e valores eleitos para nortear o trabalho pedagógico das escolas não devem ficar apenas no papel e, sim, fazer parte, efetivamen-

te, do dia a dia de todos os envolvidos no processo escolar.

Primeiro temos que colocar em prática os valores e princípios que já estão nas propostas político – pedagógicas das escolas, talvez a gente esteja se preparando para isso ainda. Precisamos nos entregar aos valores que existem. (PE2)

Esse professor enfatiza os princípios e valores já existentes nas propostas pedagógicas de cada escola, os quais devem, realmente, nortear o trabalho de cada uma delas. Pois a inclusão na escola inicia com a responsabilidade de tecer este tema dentro da proposta político-pedagógica, a qual deve estar coerente com o trabalho desenvolvido por todos os envolvidos nos ambientes escolares.

A partir da análise dessa questão que envolveu os valores da inclusão, percebeu-se que é impossível trabalhar numa escola inclusiva cultivando o preconceito, a individualidade, intolerância e a insensibilidade. Pois os profissionais que trabalham por uma educação mais humana e democrática precisam ser solidários, afetivos, comprometidos, humildes, responsáveis e colaborativos, entre outros.

Considerações finais

Após análise dos dados, evidenciou-se que para realizar a educação inclusiva faz-se necessário trabalhar especialmente o conceito e o preconceito, assim como as crenças e as concepções sobre a inclusão escolar e as práticas pedagógicas concretas que vêm sendo ou não trabalhadas pelos professores das escolas pesquisadas.

Pôde-se constatar ainda que se faz necessário contornar alguns problemas com relação às estruturas físicas de algumas escolas, assim como nas vias públicas de acesso a, pelo menos, uma delas.

Há necessidade de esclarecimento com relação aos termos inclusão e integração escolar por parte dos profissionais que atuam na escola e fora dela.

Entre os sujeitos pesquisados foi destacada a falta de tempo para se reunir com os demais colegas e discutir os casos, trocar ideias e aprofundar seus conhecimentos sobre o tema inclusão e os procedimentos mais adequados para torná-la efetiva e real.

Outro aspecto importante apontado nesta pesquisa está relacionado ao atendimento especializado para os professores e alunos de 5ª a 8ª série, pois de acordo com os entrevistados essa etapa do ensino ainda não é contemplada com nenhum serviço de atendimento especializado.

Evidenciou-se, então, que se faz necessário um maior esclarecimento sobre cada um dos espaços de atendimento especializado, pois não há uma compreensão sobre o atendimento e a contribuição de cada um desses espaços para o aluno ou para o professor, assim como não há uma clara diferenciação da função realizada por cada um deles. Ressaltamos ainda a existência de uma grande preocupação com relação ao comprometimento e à seriedade com que os profissionais que trabalham com a educação precisam ter para que todos os envolvidos nesse processo possam sair ganhando.

Para ilustrar essas afirmações de maneira fidedigna, destacaremos as respostas dos professores:

[...] falta estrutura física, na minha escola um cadeirante jamais consegue chegar sozinho. (PR2)

[...] falta no município esclarecimento na questão dos conceitos. (PR5)

[...] em relação aos professores a dificuldade é em ter um tempo para estar dialogando sobre os casos com os demais professores [...]. (PE1)

Precisaria ter um trabalho especializado para os alunos e professores da 5ª a 8ª série [...]. (PR5)

Como o foco da pesquisa se referiu também aos valores considerados essenciais para despertar nos alunos e professores atitudes que respeitem as diferenças e considerem a diversidade como um fator importante, constatou-se que é impossível trabalhar numa escola inclusiva cultivando o preconceito, a individualidade, a intolerância e a insensibilidade. Dessa forma ficou evidenciado que o processo inclusivo não terá sucesso se as pessoas só pensam e fazem a inclusão como obrigação dentro da escola. É preciso viver a inclusão, respeitar as pessoas e educar para a diversidade cultivando valores que priorizem uma educação mais democrática e justa.

É possível perceber o quanto é complexo o processo de inclusão escolar, pois exige mudanças que vão além do olhar diferenciado em relação ao outro. É preciso efetivar as mudanças na prática do dia a dia tentando desenvolver um trabalho que envolva os pais, funcionários, alunos, professores e comunidade, para que as crianças tenham as atitudes dos

adultos como exemplo a ser seguido diante dessa perspectiva que valoriza e aceita a diversidade.

Percebeu-se que a inclusão escolar é um desafio a ser vencido no dia a dia de cada ambiente escolar por meio de um trabalho mútuo fundamentado na colaboração, no diálogo e no comprometimento, onde a acomodação não pode ser vivenciada, pois a inclusão ainda não está completamente efetivada.

Dessa forma, os dados coletados permitem-nos destacar que para que a inclusão se efetive nos diferentes contextos escolares é necessário mais investimentos em formação, pesquisa acerca da temática inclusão, desejo de mudança e trabalho coletivo para que seja possível efetivar uma prática voltada para a cooperação, onde, por meio da troca entre colegas, será possível oportunizar momentos de aprendizagem para todos os envolvidos no processo inclusivo.

Certamente, se o coletivo escolar atuar de forma mais cooperativa e comprometida, os conhecimentos já construídos pela vivência e experiência escolar e do cotidiano irão se multiplicar e ajudar a tornar a inclusão escolar uma realidade para todos.

Dessa forma, aguarda-se pelo momento em que as pessoas tenham consciência de que não existem divisões de camadas iguais e diferentes, existe, na verdade, uma sociedade diversificada, onde todos possuem necessidades, capacidades e direitos diferentes. Nesse dia, ao perceber que ninguém é superior a ninguém, muita coisa mudará.

Inclusive school: a place for everybody

Abstract

This article aims at to analyze the value of the school inclusion, the challenges that teachers of the fundamental teaching find in his/her educational practice in classroom and in the specialized service services, in relation to the students that present special needs. The empiric base that subsidized this analysis was constituted by a sample composed by 12 teachers that act in the Municipal Net of Teaching of a located municipal district to the north of the State of RS. Of these, nine that work in the regular schools and three teachers of the spaces of specialized service. As procedure of collection of the data was used an interview with semi-structured itinerary. The analysis of the collected data revealed that there is still explanation need regarding the terms inclusion and school integration on the part of the professionals that act at the school and out of her. It was verified, also, that is impossible to work at an inclusive school cultivating the prejudice, the individuality, the intolerance and the insensibility. It is necessary to live the inclusion, to respect the people and to educate for the diversity.

Key words: Educational processes. School inclusion. Values.

Notas

- ² Os grifos são da autora.
- ³ PR – Professor do ensino regular.
- ⁵ PE – Professor do ensino especial.

Referências

- CARVALHO, Rosita Edler. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. Brasil. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, ano 1, n. 1, out. 2005. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2003. 58 p. (Saberes e práticas da inclusão, 4) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>. Acesso em: 27 dez. 2007.
- ESTACIA, Jamile. Refletindo sobre a inclusão? In: LEBEDEFF, Tatiana Bolivar; PEREIRA, Isabella Lima e Silva (Org.). *Educação especial: olhares interdisciplinares*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- FELTRIN, Antonio Efro. *Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- GUIJARRO, María Rosa Blanco. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. Brasil. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Ensaio Pedagógicos: Construindo Escolas Inclusivas*. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2005. 180p. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=17033. Acesso em: 26 dez. 2007.
- LA TAILLE, Yves de. *Moral e ética – dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Quem tiver que conte outra. In: _____ (Org.). *Caminhos pedagógicos da inclusão*. São Paulo: Memnon, 2001. p. 223-240.
- PIAGET, Jean. *Los procedimientos de la educación moral, in la nueva educación moral*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1967.
- _____. *O juízo moral na criança*. Trad. de Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994. (Originalmente publicado em 1932).
- RODRIGUES, Armino J. Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidades especiais. RIBEIRO, Maria Luisa S.; BAUMEL, Roseli Cecília R. C. (Org.). *Educação especial – do querer ao fazer*. São Paulo: Avercamp, 2003. p. 13-26.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. Brasil. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, ano 1, n. 1, out. 2005. Brasília, DF: MEC, SEESP. 58 p. (Saberes e práticas da inclusão, 4) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>. Acesso em: 27 dez. 2007.
- SCHNEIDER, Magalis Béssem Dorneles. *Subsídios para ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo, 2003*. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br. Acesso em: 28 mar. 2008.
- STAINBACK, Susan. Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva. BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, ano 2, n. 3, dez. 2006. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2003. 58 p. (Saberes e práticas da inclusão, 4). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>. Acesso em: 27 dez. 2007.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Trad. de Magda França. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. 451p.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca: Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 7-10 de junho de 1994*. Genebra: Unesco, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2007.